

**PAUTA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina deliberará sobre as seguintes matérias na reunião que ocorrerá no dia **9/6/2026**, às **9h**, na Sala de Reuniões das Comissões:

1 - PL n. 21/2026

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto que cria o programa estadual de monitoramento e valorização das águas subterrâneas, com o objetivo de identificar e proteger o uso sustentável de recursos hídricos catarinenses.

2 - PL n. 903/2025

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A medida que estabelece requisitos para a concessão de atestados médicos nas consultas realizadas exclusivamente por telefone e/ou videochamadas no âmbito do serviço público de saúde.

Somente será concedido o documento no caso de impossibilidade de deslocamento até o local de atendimento presencial, for de clara e inequívoca constatação visual e se não houver sido concedido por mais de três dias nos últimos três meses.

O projeto cria, ainda, o cadastro estadual de atestados médicos, a ser gerido pela Secretaria de Saúde, e alimentado pelos municípios aderentes.

A iniciativa tem por objetivo coibir o uso indevido e abusivo de licenças médicas como instrumento para o não comparecimento ao trabalho.

3 - PL n. 744/2025

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

A proposta de lei que cria a Política de Alfabetização do Território Catarinense (PATC), com a finalidade de garantir o direito dos estudantes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental de estarem alfabetizados até o final do segundo ano do ensino fundamental.

4 - PL n. 12/2026

Autor: Deputado Mário Motta (PSD)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

O projeto que assegura ao condômino o direito de instalar a estação de recarga individual para veículo elétrico em vaga de garagem de uso privativo nos condomínios residenciais e comerciais.

O direito, todavia, está condicionado à compatibilidade com a recarga elétrica da unidade condominial, à conformidade com as normas da distribuidora local de energia elétrica e à execução e instalação por profissional legalmente habilitado, bem como à comunicação prévia e formal à administração do condomínio.

5 - PL n. 135/2026

Autor: Deputado Carlos Humberto (PL)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

A medida que cria a política estadual de responsabilização social e reinserção da população em situação de rua, a fim de lhes promover o acolhimento e treinamento social.

6 - PL n. 141/2025

Autor: Deputado Lunelli (MDB)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto permite o uso da técnica denominada “Retrofit” nos imóveis em desuso e degradados pertencentes ao patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Essa técnica consiste na recuperação e modernização dos sistemas operacionais e prediais de propriedade do Estado, com ou sem o aumento da área construída, transformando os edifícios e os tornando mais eficientes, seguros, salubres, e funcionais.

7 - PL n. 170/2026

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta aumenta de 12 meses para 24 meses o prazo para a contratação temporária pela Secretaria da Administração Prisional e Socioeducativa e pela Secretaria de Saúde.

8 - PL n. 253/2026

Autor: Deputado Alex Brasil (PL)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A medida cria o programa de reconhecimento das entidades de tiro desportivo, com o objetivo de incentivar a atuação e a sua integração nas políticas públicas de fomento ao esporte.

9 - PL n. 272/2026

Autor: Deputado Maurício Peixer (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

O projeto altera a Lei n. 17.942/2020, que dispõe sobre incentivos fiscais de empresas que apóiam a realização de projetos culturais no Estado.

Dentre as alterações está a atualização do valor, de modo a garantir que as perdas inflacionárias não prejudiquem os projetos culturais para a população.

10 - PL n. 281/2026

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto cria a política de prevenção e enfrentamento às notícias falsas e à desinformação digital, de modo a proteger a população catarinense de conteúdos fraudulentos, manipulados ou sabidamente falsos.

Dentre as ações a serem implementadas, estão: o ensino da leitura crítica de conteúdos digitais, verificação das fontes de informação, identificação de golpes virtuais, uso seguro e responsável das redes sociais.

Outra medida prevista no projeto é a adoção de selos simbolizando o reconhecimento público a serem destinados a iniciativas que promovam a educação digital, checagem de fatos e o combate à desinformação no Estado.

11 - PL n. 588/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto institui a carteira digital de identificação da pessoa com doença rara, a fim de facilitar o acesso aos serviços públicos e ampliar a atenção das políticas públicas nessa área.

12 - PL n. 795/2025

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto assegura 60 minutos gratuitos nos estacionamento públicos ou privados vinculados a hospitais públicos, conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) aos líderes religiosos em visita espiritual a pacientes internados.

13 - MSV n. 1612/2026

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo que proibiu o Projeto de Lei n. 359/2025.

O projeto aprovado pelo Poder Legislativo propôs a alteração do Estatuto das Pessoas com Deficiência (Lei n. 17.292/2017) para incorporar duas medidas.

A primeira medida prevê que a matrícula de pessoas com deficiência seja encaminhada à rede de ensino, preferencialmente, com antecedência de 60 dias ao início do ano letivo.

Já a segunda alteração diz respeito à exigência de uma carta de apresentação, elaborada pelos pais ou responsáveis, contendo informações relevantes sobre o

estudante, de modo a permitir que o planejamento pedagógico seja mais alinhado às características, necessidades e potencialidade do estudante.

O Governo fundamenta sua rejeição no fato de que a ele compete legislar sobre organização da Administração Pública.

14 - PL n. 148/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A medida assegura o acesso a novos tratamentos para o câncer de pele, especialmente os terapêuticos, a serem oferecidos no Sistema Único de Saúde no Estado, com ênfase na incorporação de tecnologias disponíveis na rede privada de saúde.

15 - PL n. 148/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto autoriza o Estado de Santa Catarina a firmar convênios, parcerias e termos de cooperação com clínicas veterinárias para atender gratuitamente os animais pertencentes a pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e aqueles em situação de abandono.

Dentre os tratamentos permitidos, estão: consultas, vacinação, castração e tratamentos de urgência e emergência, além de procedimentos ambulatoriais básicos.

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista – gerente Sala da Imprensa ALESC

(48) 3221-2620